



ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO FORMOSO

Aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2025, às 8:00 horas, realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso de forma online, sob a presidência do Sr Maxwell Viana Panta, com a presença dos membros representantes dos segmentos usuário, sociedade civil organizada e poder público, conforme lista de presença anexa. Aberta a sessão e constatado o quórum necessário, passou-se à deliberação sobre a **criação da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, nos termos do disposto no art. 32, inciso I, alínea “a”, combinado com o art. 34, ambos da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002,** que atribuem ao Comitê a competência para submeter à homologação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos a constituição da respectiva Agência de Bacia Hidrográfica, mediante solicitação formal e observada a viabilidade financeira assegurada pela cobrança de taxa pelo uso dos recursos hídricos na área de atuação. O Presidente solicitou a apresentação ao Dr. Igor de Queiróz sobre o estudo da viabilidade jurídica para a Criação da agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso que iniciou sua manifestação agradecendo o espaço e destacou que falava como representante jurídico da Fazenda Dois Rios e também de diversos usuários da bacia. Ressaltou a importância da criação da agência de bacia como mecanismo de arrecadação e gestão dos recursos já previstos normativamente, com o objetivo de desonerar os produtores rurais das incertezas e custos decorrentes da ausência de estrutura institucional definida. Mencionou que desde 2016 acompanha as discussões sobre o tema e que, já naquela época, buscou contribuir com o Comitê de Bacia do Rio Formoso na elaboração de propostas para viabilizar a criação da agência. Recordou que esteve em Gurupi, em reunião com o Prof. Jair, e que se colocou à disposição para cooperar com o comitê, especialmente diante das dificuldades enfrentadas com a gestão judicial da bacia. O Dr. Igor enfatizou que a criação da agência é plenamente viável e legítima, uma vez que os instrumentos legais e estudos técnicos necessários já existem e foram aprovados — citando inclusive o estudo de 2015 elaborado pela Gama e pela SEMARH, que já previa a instituição da cobrança pelo uso da água e recomendava a criação de uma associação civil sem fins lucrativos para exercer a função de agência de bacia. Alertou também que há um prazo judicial a ser cumprido, com data-limite até 15 de dezembro, conforme determinação do Juiz Dr. Wellington, para que o Comitê e os usuários apresentem avanços concretos na estruturação da agência, sob pena de retrocessos institucionais e prejuízos à gestão da bacia. Destacou que a agência poderá ser criada pelos próprios usuários, em formato associativo, com personalidade jurídica própria, vinculada ao Comitê de Bacia e posteriormente homologada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Enfatizou que não há impedimento jurídico para que a arrecadação e aplicação dos recursos sejam realizadas por meio dessa agência, desde que observadas as etapas formais de aprovação.



O Dr. Igor finalizou parabenizando o presidente Maxwell e toda a equipe técnica pelo avanço e maturidade alcançados, reconhecendo o empenho dos membros do comitê. Reforçou a importância de que todos votassem favoravelmente à viabilidade e à criação da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, como passo essencial para o fortalecimento institucional e a gestão sustentável dos recursos hídricos da região. Seguindo o Sr. Mateus Chagas se manifestou apresentando o Estudo de Viabilidade Técnica, Jurídica e Financeira elaborado no âmbito do comitê, com o objetivo de subsidiar a deliberação sobre a criação da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, em sua explanação, Mateus destacou que o estudo foi desenvolvido com base nas legislações federal (Lei nº 9.433/1997) e estadual (Lei nº 1.307/2002) de recursos hídricos, além das deliberações e decretos do Comitê do Rio Formoso e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Ressaltou que a criação da agência é o passo seguinte para a efetiva implementação da cobrança pelo uso da água, instrumento já previsto e regulamentado, mas ainda não executado na bacia. Apresentou os principais fundamentos legais que amparam a proposta, citando o artigo 33 da Lei Estadual nº 1.307, que define as agências de bacia como entidades executivas de apoio ao comitê, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, e o artigo 34, que condiciona sua criação à autorização do Conselho Estadual mediante solicitação do comitê. Mateus explicou que o estudo contemplou o mapeamento dos usuários outorgados, totalizando 723 outorgas, sendo 216 usuários passíveis de cobrança imediata e 63 em análise, o que representa um universo potencial de 279 usuários contribuintes. Com base nas tarifas aprovadas e na metodologia vigente, o estudo projetou uma arrecadação anual entre R\$ 8 e R\$ 12 milhões, sendo 7,5% destinados à manutenção da agência, resultando em uma receita operacional estimada entre R\$ 600 mil e R\$ 900 mil por ano. Apontou que os custos operacionais iniciais da agência foram estimados em cerca de R\$ 630 mil anuais, valor suficiente para cobrir despesas com espaço físico, equipe técnica (três servidores: técnico, administrativo/financeiro e secretário executivo), equipamentos e logística de campo. Reforçou que a agência poderá iniciar suas atividades de forma enxuta, expandindo gradualmente conforme o aumento da arrecadação e o fortalecimento institucional. Mateus salientou que, além dos recursos provenientes da cobrança, há fontes complementares de financiamento, como doações, multas judiciais e termos de ajustamento de conduta (TACs), cujo repasse já foi manifestado pelo Ministério Público e pelo Juízo responsável pela ação nº 1070/2016. Encerrando sua fala, o Sr. Mateus colocou o estudo à disposição dos membros, solicitando sua apreciação e aprovação em plenária, de forma a possibilitar o encaminhamento do pedido formal ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para criação da Agência de Bacia do Rio Formoso, atendendo também à decisão judicial vigente e ao planejamento estratégico da gestão hídrica da região. Após a conclusão do Sr. Mateus, a Professora Juliana Mariano Alves, representante da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, manifestou-se agradecendo pela explanação e destacou a importância do trabalho desenvolvido pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, ressaltando que o estudo representa um avanço significativo na gestão participativa dos



recursos hídricos, especialmente por apresentar, de forma técnica e fundamentada, as bases legais e financeiras necessárias para a criação da Agência de Bacia. A professora Juliana informou que, após análise dos documentos intitulados “Estudo de Viabilidade da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso” e “Razões para Criação da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso”, observou-se aderência formal à Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e à Lei Estadual nº 1.307/2002, em especial quanto ao modelo jurídico da Agência (privada sem fins lucrativos), ao vínculo com o Comitê de Bacia e à sustentabilidade financeira baseada na cobrança pelo uso da água. Ressaltou, entretanto, que o tempo concedido para análise e a ausência de estudos complementares limitaram uma avaliação mais aprofundada da proposta. A partir da análise dos documentos apresentados, destacou os seguintes pontos que merecem aperfeiçoamento: i) A necessidade de equilíbrio entre sustentabilidade financeira e objetivos ambientais (a maior parte do recurso será para pagamento de pessoal), reforçando que o documento prioriza a viabilidade econômica, mas ainda carece de maior ênfase em aspectos como qualidade da água, preservação ambiental intergeracional e garantias de participação social efetiva; ii) Lacunas nos instrumentos de gestão, com insuficiente detalhamento sobre o enquadramento dos corpos d’água e o papel da futura Agência no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH); iii) A participação social pouco operacionalizada, uma vez que o documento não define claramente os mecanismos de representação, consulta pública e controle social; iv) A ausência de critérios técnicos de priorização de investimentos, o que pode fragilizar a transparência e a racionalidade na aplicação dos recursos arrecadados; v) A necessidade de explicitar os limites de autonomia da Agência frente ao Comitê de Bacia e Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH/TO), sobretudo em cenários de conflito entre decisões do Comitê e diretrizes governamentais; vi) A importância de instituir mecanismos de monitoramento e indicadores de desempenho, que permitam avaliar a efetividade da Agência na execução de suas funções e no alcance dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Dessa forma, recomendou: i) Incluir seção específica sobre qualidade da água e preservação intergeracional; ii) Integrar explicitamente o enquadramento dos corpos d’água e o SNIRH ao papel da Agência; iii) Definir mecanismos institucionais de participação social e de prestação de contas; iv) Estabelecer critérios técnicos para priorização de projetos; v) Detalhar a relação da Agência com o Comitê (Relação Agente/Principal) e também com o FERH/TO e seus limites de autonomia; v) Criar um quadro de indicadores de desempenho para monitoramento e avaliação periódica. Por fim, parabenizou o Presidente do Comitê, Sr. Maxwell Viana Panta, e toda a equipe técnica pelo empenho e pela postura colaborativa e propositiva demonstrada ao longo do processo, reconhecendo o esforço coletivo de todos os membros para o fortalecimento da gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso. Após exposição técnica acerca da necessidade e viabilidade da criação da Agência de Bacia, e tendo sido debatida amplamente a matéria entre os membros presentes, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso deliberou por:



1. Criação da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso

Foi apresentada exposição técnica acerca da necessidade e viabilidade da criação da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, nos termos do art. 32, inciso I, alínea “a”, combinado com o art. 34 da Lei Estadual nº 1.307/2002. Após debate entre os membros, o Comitê deliberou por aprovar a criação da Agência, que será instituída sob a forma jurídica de Associação Civil sem fins lucrativos, conforme previsto nos artigos 53 a 61 do Código Civil e em consonância com a Lei nº 9.433/1997.

Foi aprovado por 18 votos a favor e 2 abstenções a **criação da Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Formoso**, com a finalidade de atuar como entidade executiva de apoio ao Comitê, conforme previsto no **art. 33 da referida Lei Estadual**.

Ficou deliberado que esta decisão será formalmente encaminhada ao **Conselho Estadual de Recursos Hídricos** para a devida autorização e homologação após a criação e composição da entidade, conforme determina o **art. 34 da Lei Estadual nº 1.307/2002**, instruída com os elementos técnicos e justificativos pertinentes, incluindo a comprovação da viabilidade financeira.

2. Aprovação do Edital de Convocação Pública

Foi apresentado o texto do Edital de Convocação Pública para a Assembleia de Fundação da Agência Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, a ser realizada no dia 21 de novembro de 2025, às 08h00, na sala de reunião do Distrito de Irrigação do Rio Formoso (DIRF), em Formoso do Araguaia/TO. O edital, após leitura e esclarecimentos, foi aprovado por unanimidade, ficando autorizada sua publicação e ampla divulgação junto aos usuários de recursos hídricos e à sociedade civil.

3. Criação da Câmara Técnica de Acompanhamento das ações da Agência e aplicação do recurso da cobrança

Deliberou-se, ainda, a criação de uma **Câmara Técnica de Acompanhamento das ações da Agência e aplicação do recurso da cobrança**, com a finalidade de:

- Apoiar o Comitê na condução do processo de constituição da Agência de Bacia;
- Acompanhar os procedimentos relativos à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, propondo critérios e monitorando a aplicação dos recursos arrecadados;
- Subsidiar tecnicamente o Comitê nas etapas de implementação da Agência e na articulação com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Os membros da Câmara Técnica de Acompanhamento foram definidos na própria reunião, sendo indicadas as seguintes instituições e entidades para compor o grupo:



- Fazenda Dois Rios,
- Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS);
- Universidade Federal do Tocantins (UFT);
- Secretaria de Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional (SECIDH); e
- Associação dos Produtores do Sudoeste do Tocantins (APROEST).

4. Considerações Finais

Nada mais havendo a tratar, às 10h55min foi encerrada a reunião. Foi então lavrada a presente ata, que após lida e achada em conformidade, é assinada por mim, Waltamy Alves Sobrinho, Secretário Executivo do Comitê, e pelo Presidente do Comitê.

Lagoa da Confusão – TO, 26 de setembro de 2025

Lista de Presença

1. Jair da Costa Oliveira Filho – Universidade Federal do Tocantins - Titular
2. Maxwell Viana Panta – Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão – Titular
3. Samara Barbosa de Castro - Prefeitura Municipal de Dueré – Suplente
4. Lucas Batista Venâncio Correia – Cereais Vale do Javaés Agroindústria S/A – Titular
5. Silvana Faria Guedes Coelho – Agencia Tocantinense de Saneamento – ATS – Titular
6. Domingos Mendes da Silva - Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão – Titular
7. Alessandra Ribeiro de Souza – Distrito de Irrigação Rio Formoso DIRF – Titular
8. José Wellington Abreu Pereira - Instituto Federal do Tocantins Gurupi IFTO – Titular
9. José Luiz Cabral – UNITINS
10. Filipe Carvalho Chaves – Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional SECIDH – Suplente
11. Bento Lopes Batista - Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima - Suplente
12. Diego Luiz Vieira – Prefeitura Municipal de Pium - Suplente
13. Leizi Espindola de Caetano Lima – Prefeitura Municipal de Araguaçu – Suplente
14. Matheus Chagas – Instituto Natureza do Tocantins – Titular
15. Deborah – Fazenda Dois Rios – Titular
16. Wagno Milhomem – APROEST – Titular
17. Vilson da Silva Nogueira – Distrito de Irrigação do Rio Formoso - Titular
18. Euvaldo Leandro Pinheiro – Sementes Vale do Javaés - Suplente
19. Waltamy Alves Sobrinho – Associação Filhos do Cerado - Titular
20. João Paulo de Souza Rios – COOPERGRAN - Titular
21. João Ilário Barros Fonseca – Prefeitura Municipal de Cristalândia - Suplente
22. Juliana Mariano Alves - Universidade Estadual do Tocantins – convidada



23. Evandro Ramos Rodrigues – Associação dos Produtores do Sudoeste do Tocantins APROEST – Titular
24. Aldo Araújo de Azevedo – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Titular
25. Igor de Queiróz – Fazenda Dois rios
26. Maria Gorete dos Santos Cordeiro - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Titular
27. Rodolfo Souza Santos – Prefeitura Municipal de Alvorada -Titular
28. Layanne Alves Ferreira – Associação dos Engenheiros do Sul do Tocantinense AESTO - Titular
29. Zilmara Teixeira de Almeida – Prefeitura Municipal de Aliança – Titular
30. Ana Paula
31. Grasiella Costa Milhomem
32. Patriccia Ramos
33. Adriana Pereira


Waltamy Alves Sobrinho
Secretario Executivo
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso

Maxwell Viana Panta
Presidente
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso